

O PRETUGUÊS, O PORTUGUÊS EM/DE ANGOLA

“É O PROBLEMA QUE ESTAMOS COM ELE”

Por Amélia Arlete Mingas

INTRODUÇÃO

O tema que trazemos para este encontro advém de uma preocupação que se nos foi impondo à medida que aprofundávamos o conhecimento da língua portuguesa, o domínio da estrutura das línguas endógenas de Angola e, particularmente, porque várias foram as situações em que nos defrontámos com comportamentos não consentâneos com o momento que o país atravessa. É que, após vários anos de luta contra a dominação colonial e outros tantos de guerras fratricidas, urge que façamos esforços para criar condições para estarmos juntos e poderemos, em tempo útil, promover e materializar acções capazes de fomentar uma evolução harmoniosa e promissora do nosso país.

É inegável que o desenvolvimento de qualquer sociedade implica a existência de vários componentes relevantes de que salientamos as interacções comunicativas, na medida em que é graças a elas que os elementos que integram uma comunidade, criam as condições necessárias para que os seus membros possam *Crescer, Pensar, Criar e, acima de tudo, Querer Viver em Conjunto*. Um projecto desta envergadura só é possível desde que se criem os meios e se reúnam as condições para a formação dos elementos que a compõem, capacitando-os de modo a poderem fazer face aos diversos desafios que se lhes vão apresentando no seu dia-a-dia.

No que ao nosso país diz respeito, no período inicial do contacto entre os Chegantes, ou seja, os Portugueses, e os Residentes, os Africanos, no espaço que é hoje Angola, esforços foram feitos pelos primeiros no sentido de serem criadas condições para um entendimento entre os dois grupos. Em consequência, face à incapacidade de os tradutores árabes – usados nos contactos ao nível do Norte do continente – facilitarem a comunicação entre os dois grupos, alguns homens da terra foram enviados a Portugal, a fim de serem formados como tradutores.

Considerando o quadro linguístico angolano, é evidente que a existência de várias línguas a que se sobrepõe uma única, estrutural e culturalmente diferente, viabilizou a emergência de interferências de ordem diversa das diferentes línguas coabitando o mesmo espaço geográfico, na que melhores condições tinha para possibilitar o contacto entre os distintos grupos em presença.

Com o passar do tempo e porque interesses económicos se impuseram, o ensino das línguas africanas foi proibido, contrariamente ao que acontecia com a portuguesa.

Como resultado da coabitação entre a língua portuguesa e as africanas, o evento das lutas de libertação, a fuga para a cidade, de quem se sentia ameaçado no interior do país e a necessidade imperiosa de os Chegantes garantirem a sua presença na colónia, levaram os últimos a fomentar o ensino da língua portuguesa em todo o espaço, sob o seu controlo.

Os Africanos, que se viram forçados a usá-la, em detrimento das suas línguas maternas, foram recriando-a pouco a pouco nas suas interacções, enriquecendo o seu falar com neologismos e novas sonoridades advindos das suas línguas maternas. Como resultado, o seu modo diferente de articular a língua comum foi designado *pretuguês*, para o diferenciar da fala europeia.

O pretuguês

Certamente, muitos dos jovens aqui presentes reagirão com sorrisos, ao uso por nós, deste termo, porque sentem-no estranho, talvez fantasioso. Porém, fazemos parte de uma geração de angolanos e angolanas para quem esta palavra tinha uma carga e influência negativas, porquanto provocava um acanhamento instintivo para a utilização de articulações e expressões que, naquela altura como hoje em dia, fazem parte do nosso modo africano de falar português. Nesse tempo distante, as frases e termos que se seguem, nomeadamente:

- a) “ir na escola; no hospital ou na praia”, em vez de “à escola, ao hospital, à praia”;
- b) O uso do termo *kitanda*, em vez de *mercado*;
- c) A utilização da articulação do adjectivo /más/, para representar a um tempo, a adversativa /mas/ e o advérbio /mais/;
- d) A tendência para a monotongação em termos como *beju*, *kitandera*, em vez de *beijo*, *Kitandeira* (Mingas, 2000: 50)

eram, de imediato, considerados como exemplos de *pretuguês* e não de português.¹

Com o desenrolar do tempo, o aprofundamento do nosso conhecimento sobre as línguas portuguesa e africanas, ficou claro que as professoras, por desconhecerem a estrutura das línguas endógenas e o fenómeno de interferência linguística resultante do contacto

1. É interessante salientar que esta reacção era das professoras, esposas de oficiais do exército portugueses recém-chegados ao país, devido ao início da guerra de libertação. Todavia importa salientar que, em condições idênticas, os professores limitavam-se a corrigir e a ajudar a compreender, por exemplo, a diferença entre o som vocálico complexo do ditongo e um som simples.

de duas ou mais línguas diferentes – caso do português e das línguas africanas – *racializaram* o fenómeno, responsável pelo modo diferente de alguns alunos articularem sons inexistentes nas nossas línguas. Neste cenário desagradável, a língua portuguesa aparece como um espectro ameaçador para os aprendentes porquanto, toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou género dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de *pretugûes*, o que levava muitos dos estudantes africanos a coibirem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados.

Considerando a importância dos factores de socialização como a família, a escola e a igreja assim como a sua influência para um maior e melhor controlo das populações africanas, estas foram divididas em dois grupos, a saber, o dos Assimilados que integrava os Africanos que conheciam bem a língua portuguesa assim como os hábitos dos Portugueses, e o dos Indígenas, que ou conheciam parcialmente ou desconheciam a língua portuguesa, não comiam à mesa, com garfo e faca, mas sentados numa esteira.

Luanda estava, por sua vez, dividida em quarteirões: o primeiro, cobrindo a parte baixa da cidade, à beira-mar, era ocupada pelos *Portugueses* e alguns *Assimilados*; seguia-se uma zona intermédia, habitada pelos *Assimilados* e uma terceira, periférica, o Museke² onde vivia a maioria esmagadora dos residentes africanos, os *Indígenas*. A língua utilizada nas interacções comunicacionais, na parte baixa, era a portuguesa; na parte intermédia, à língua portuguesa juntava-se a língua kimbundu, mas verificando-se a predominância do uso da primeira; na terceira e última eram utilizadas de igual modo as duas línguas com predomínio da língua kimbundu.

Pressionados pelas autoridades que lutavam contra o tráfico de escravizados, as colónias portuguesas foram promovidas a províncias, integrando o Portugal de Além Mar. Em consequência, leis foram promulgadas proibindo o uso das línguas africanas e generalizado o ensino da língua portuguesa em todo o espaço angolano. Subjacente a essa decisão estava a convicção, inculcada a muitos Africanos, da inferioridade das suas línguas, relativamente à portuguesa. Donde o aumento, pouco a pouco, de estudantes angolanos em todos os estabelecimentos escolares e o contacto, cada vez maior, usando a língua portuguesa em detrimento das endógenas.

2. Termo da língua kimbundu, equivalente ao “nseke” das línguas Kongo, significando “areia”.

O português em Angola

A história é, por excelência, a disciplina da área das humanidades, de importância incontestável quando está em causa o desenvolvimento de uma comunidade, porquanto ela descortina as diferentes etapas de desenvolvimento das sociedades e vivências humanas, pelo que constitui um auxiliar incontornável para o aprofundamento da nossa abordagem no que tange à presença, vivência e convivência da língua portuguesa com as línguas endógenas do nosso espaço.

Vários foram os autores que trataram esta situação. No presente trabalho, que não pretende nem pode ser uma análise exaustiva da história das línguas portuguesa e africanas no nosso país, limitamo-nos apenas a três autores a saber, Carlos Ervedosa, Carmo Reis e José Carlos Venâncio.

O primeiro autor, referindo-se à língua portuguesa, na então colónia de Angola, afirma que essa língua:

*“. . . transplantada para novas terras, sofreu a influência do meio angolano, tomando um ritmo e formas próprias do falar das gentes de Angola mormente nos centros populacionais mais antigos, onde se processou um mais íntimo contacto de culturas, como Luanda e Benguela e suas zonas de influência”
(1963: 7)*

Continuando, desta feita referindo-se à produção literária, o autor assegura que nos anos de 1880 e 1896:

(. . .) os grupos eram exclusivamente constituídos por intelectuais negros e mestiços, normalmente autodidactas que se denominavam por “filhos do País” e apresentavam a particularidade notável de se expressarem tanto no melhor quimbundo como no português mais puro”.

E continua o autor, afirmando que:

“. . . Com a abolição do tráfico da escravatura, por decreto de 1836 e a sua substituição por uma colonização baseada na agricultura e no comércio, a sociedade luandense foi-se estabilizando, formando-se uma burguesia africana, entendendo-se aqui por africanos “a população negra e mestiça cujo contacto com o europeu a tornava um elemento culturalmente distinto”. (p. 8)

Mais afirma Ervedosa que, a criação do Boletim Oficial, impresso em 1845, “... foi o ponto de partida para a proliferação do jornalismo. (...) Data de 1882 o aparecimento do primeiro jornal próprio dos africanos, “O Futuro de Angola”, de Arsénio do Carpo, cujo exemplo abriria caminho ao despertar de novos órgãos, redigidos em kimbundu e português, “o Farol do Povo” de Arantes Braga, o “Arauto Africano”, de Carlos Silva, o “Muen’exi”, de Castro Francina, o “Kamba ria N’gola”, entre outros. (p. 10).

Carmo Reis (1987: 147) refere que muitas foram as mulheres que tiveram na época o arrojo de, corajosamente, assumirem a defesa não só de um grupo de *quitandeiras*³ como igualmente da língua africana em uso na capital da colónia. A este respeito, salienta a autora que, em meados do século XIX, a quitandeira é omnipresente no comércio ambulante ... destacando de igual modo que nessa altura, a Senhora Ana de Sousa e Silva, de seu nome, tornou-se de tal modo importante que provocou a fúria de negociantes, exigindo medidas legislativas e o seu controlo dessa mulher.

José Carlos Venâncio (1996: 52-53) por sua vez, refere que: “. . . Normalmente, possuía um homem europeu, (podendo ser também euro-africano ou africano com posses) mais do que uma mulher (mesmo mestiças ou africanas), que eram mantidas com grande pompa ... A segunda e a terceira mulheres eram geralmente escravas (mocambas), que faziam companhia à primeira mulher. Os filhos destas “ilícitas” relações sexuais continuavam em casa do pai. . . . O kimbundu torna-se, assim, um idioma corrente entre a família, proporcionando simultaneamente a sua unidade.”

Transgredir é possuir a língua ... (Rui Monteiro, 2003), afirmou por seu turno o poeta Rui Monteiro, com a sensibilidade e perspicácia que lhe é intrínseca e que, para nós porquanto, a obrigatoriedade de utilização da língua portuguesa, na então colónia, criou as condições para que ela fosse sentida como sendo mais uma língua angolana,

3. Nome híbrido resultante da sufixação do sufixo /-eira/, no termo kimbundu kitanda, correspondente ao português “mercado”, donde quitandeira, mulher que vende na quitanda.

donde a facilidade e a naturalidade na sua transgressão, materializada na presença de novos termos e modos de estar na língua portuguesa, vindos das línguas africanas, termos que enriqueceram, enriquecem e vão adequando, o acervo lexical da língua comum à realidade das terras angolanas.

A supracitada proibição provocou uma quebra na estrutura organizacional existente, no processo histórico e cultural local e na possibilidade de uma evolução harmoniosa das comunidades sociais locais. Não bastando isso, a educação formal na colónia era feita tendo a língua dominante com único veículo de transmissão de conhecimentos e matéria de aprendizagem, na educação formal do Povo angolano, sendo o kimbundu, uma das línguas africanas faladas na capital colonial.

Com o deflagrar da Luta de Libertação Nacional aumentou de modo exponencial o número de locutores de outras línguas nativas angolanas que foram abandonando as suas casas em busca de protecção nas cidades costeiras do país. Daí o aumento da vaga de neologismos mas também dos erros, muitos erros, pois muitos deles tinham como língua materna uma língua africana. Como resultado, foi reforçado o modo específico do povo angolano estar e de recriar a língua portuguesa. Donde a constatação de alterações de vária ordem na regência verbal, na estrutura morfo-sintática da frase, com a substituição da ênclise pronominal – inexistente nas nossas línguas – pela próclise, como podemos verificar nos exemplos que se seguem:

- a) i. deram-me uma mandioca ii. mamã, dá-me um rebuçado;

A que correspondem no português falado em Angola:

- b) i. me deram uma mandioca ii. mamã me(i) dá um rebuçado

ou a substituição do pronome pessoal em função de complemento directo /-o/, pelo indirecto /-lhe/: viste o meu irmão? Sim, l(h)e vi na praça.

O uso da próclise pronominal⁴ nos exemplos acima apresentados explica-se pelo facto de a estrutura verbal das línguas bantu se caracterizar pela não flexão do verbo e pela anteposição dos constituintes verbais à base, donde o exemplo:

- a) mpetelu (1) wa- (2) ngi- (3) xing-ile (4)
 |_____| |_____|

4. Neste exemplo, o número (1) representa o sujeito; o (2) o índice do sujeito; o (3), o complemento indirecto e o (4) o predicado.

Suj. Id. suj+pas. C. indir. Insultar+pas. “o mpetelu insultou-me”

A história colonial angolana – como aliás a de qualquer outro país africano – está indefectivelmente ligada à estruturação da dominação colonial, que se fundamenta no sentido da integração no espaço social colonial para desintegrar o espaço social do dominado e na desintegração deste último para criar a sua inclusão no zona colonial.

No que respeita à presença de termos africanos aportuguesados na fala portuguesa de Angola, temos alguns exemplos da língua umbundu:

osékulo	---→	sekulo	“velho/a, idoso/a
okúpapata ⁵	--→	kupapata	“motociclista”

da língua Kimbundu:

di-kota	--→	kota	“pai, mãe, pessoa idosa”
kukanga	----→	cangar	“prender”

e da língua kikongo:

nzawu	-----→	zau
mbuku mazi	-----→	bucu mazi

De realçar, por outro lado, que contrariamente ao português europeu, o angolano não atesta frases como “tenho fome, tenho sede” mas sim, “estou com fome, estou com sede”. Esta construção tem, de igual modo rescaldo nas nossas línguas africanas, porquanto o sentido de posse do verbo ter, nas nossas línguas, é muito mais forte do que na portuguesa, na medida em que tem um suporte materializado. Assim, tem-se um filho, uma casa mas, uma vez mitigadas tanto a fome como a sede, elas desaparecem. Daí a substituição do verbo *ter* pelo *estar*.

A construção identitária dos grupos autóctones angolanos deve, por conseguinte, ser pensada não somente à luz das relações de força impostas pelo princípio de

5. ⁵ Este verbo, significando apalpar, foi adoptado como nome, significando motociclista que substitui o táxi para as pessoas com menos posses. Por precaução, o/a cliente deve agarrá-lo pela cintura durante o transporte, donde a formação do nome Kupapata, dado ao motociclista.

dominação acima referido de integração/desintegração pois, de acordo com José Madureira Pinto (1991: 218):

(. . .) a produção de identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando-se em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização).

Muito mais poderíamos dizer sobre a especificidade da nossa língua portuguesa, esperamos contudo que as nossas preocupações tenham sido expostas de modo claro.

O português de Angola

À diferença do *pretuguês* e do português *em* Angola, o português *de* Angola consolidará o processo de africanização da língua europeia no país. Queremos com isto dizer que ele constituirá uma fase da estabilização do português angolano, pois é a única das nossas línguas utilizada nas relações familiares de uma parte significativa dos Angolanos residindo nas cidades costeiras e ao nível das capitais provinciais, além de que ela foi não somente a língua primeira dos Angolanos nesses espaços mas também ela foi aí, percentualmente superior às africanas, como língua segunda.

Em consequência, apresenta um desenvolvimento específico na medida em que, para além da influência das línguas angolanas, a língua comum sofre igualmente a influência do seu contacto com outras línguas europeias como o inglês (fronteiras da Zâmbia e Namíbia), do francês (fronteiras das Repúblicas do Congo e do Congo Democrático) e africanas, o lingala e o monokutuba, faladas nos dois últimos países. Partindo dos pressupostos acima apresentados, é-nos fácil chegar à conclusão que o ensino da língua portuguesa, no nosso país, atesta particularidades próprias, advindas do seu contacto com todas estas línguas.

Se considerarmos que a linguagem infantil revela uma aprendizagem própria, ser-nos-á fácil compreender o quanto a mesma depende de um enquadramento especial, no que respeita à organização de enunciados que garantam a sua interacção ao nível da escola. Assim sendo, o professor ou professora deve, tem de identificar a sociedade e

grupo linguístico em que a criança cresceu, a fim de consolidar o que ela interiorizou, aprendeu, em contexto oral, familiar.

Face a esta situação vivida no país, a homologação de um acordo ortográfico em que apenas dois dos oito Países que compunham, na altura, a CPLP estavam capazes de decidir sobre o futuro da língua comum – pois, tinham uma norma sobre a língua falada em cada um deles – mostra quão improvável se tornaria a aplicabilidade do documento às situações concretas dos Países africanos.

Se tivermos presente que o Brasil foi a *Única* das ex-colónias portuguesas a integrar o *Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil*; se, por outro lado considerarmos que o Brasil foi, dentre as colónias portuguesas, a *Única* que foi Sede da Coroa portuguesa – por ocasião da invasão francesa; se tivermos ainda presente que à população ameríndia, nativa do continente americano, se juntaram os Portugueses, os Africanos vindos de vários países do Continente e Europeus vindos da Inglaterra, Itália, Alemanha – torna-se evidente que a situação do Brasil é distinta de qualquer uma das antigas colónias. Assim sendo, pensamos que é prematura a tomada de qualquer posição consciente e reflectida sobre a homologação, adopção de um acordo que seja consensual pois, no que a Angola diz respeito, após quase meio século de existência como País independente, as suas línguas endógenas, não beneficiam de um estatuto que legalize a sua existência no país.

Face ao acima exposto, estamos convictas que há necessidade que especialistas do país como historiadores, linguistas, sociólogos, antropólogos, membros da sociedade civil, autoridades tradicionais, e todos os homens e mulheres de boa vontade no país, se reúnam para que, de uma vez por todas, possam em conjunto reflectir sobre a importância para o país, da existência das línguas e culturas endógenas e sobre o modo de as preservar, pois são o que nos resta dos que nos precederam e que sempre, mas sempre, pugnam pela dignificação e assumpção das línguas e culturas do País.

Quanto a nós, o acordo ortográfico, tal como se apresenta, constitui tão somente um atentado à identidade europeia da língua portuguesa.

CONCLUSÃO

Um dos maiores desafios que se apresentam à Angola independente, bem como a outros países que foram sujeitos a processos de dominação, é o reconhecimento da necessidade *urgente* de uma reflexão profunda que permita a detecção dos desafios que dia a dia se apresentam, advindos da necessidade premente de serem criadas as

condições mínimas para uma formação qualitativa da juventude e a preservação da identidade cultural angolanas. Todavia, se admitirmos que “falar uma língua”, não implica que o seu locutor a “entenda e domine”, poderemos inferir que a capacidade de expressão de português de muitos dos locutores angolanos é, de longe, superior ao seu domínio e/ou nível de entendimento dessa língua.

Contudo, considerando a diversidade linguística do país, temos de reconhecer e salientar o quanto é necessário e urgente equacionar o regime jurídico que rege a coexistência das línguas endógenas e da língua portuguesa no mesmo espaço, porque maternas da maioria dos seus locutores, garante do desenvolvimento do processo e modo de elaboração de conceito e propiciadoras de aptidões comunicativas criativas, mas de igual modo, potenciadoras de relações de identificação e de identificação linguísticas e culturais. Em suma, o binómio língua/cultura constitui um componente indispensável à defesa e promoção da unidade de qualquer País e à possibilidade da sua cooperação com outras comunidades, pois,

“Mesmo quem ficou arredado da escola e engrosse o exército de iletrados, mantém a capacidade de comunicar, pelo uso da língua, com as suas potencialidades simbólicas e referenciais. Mesmo quem não tenha frequentado a escola e desenvolvido o conhecimento e domínio da língua escrita terá, pelo processo de socialização, um domínio relativo da língua falada” (A. Mingas, 2006).

É nossa convicção por conseguinte, que a literacia poderá potenciar a unidade nacional e o reforço da identidade social, cultural e linguística como um todo, em que se verificaria a identificação de cada indivíduo com o conjunto de todo o Povo angolano e a assunção de uma identidade própria, específica e diferenciada. Estariam então criadas as condições objectivas necessárias à edificação de uma Angola forte, independente, democrática e, acima de tudo, africana. As línguas nativas, porque seu veículo, constituem a “ (...) base do processo comunicacional do País e são as reais depositárias dos saberes e sentires locais. Assim, só através delas chegaremos ao saber total, ao Saber angolano” (A. Mingas, ibidem.)

A língua portuguesa é, em Angola, língua primeira e segunda, pelo que o seu ensino deve ser feito de tal modo que as suas realidades intrínsecas, enquanto língua segunda, não sejam influenciadas pelas da língua primeira. Daí, pensamos nós, ser imprescindível ao professor de português em Angola, o conhecimento não

só do ambiente sócio-cultural que caracterizou o processo de socialização do aluno, como também das estruturas das línguas africanas. Só assim, poderá saber porque razão muito dos seus alunos, embora tenham o português como língua primeira, nunca dizem: “vou *ao* mercado” mas, “vou *no* mercado”, “vou *ao* hospital” mas, “vou *no* hospital ” ou, “estou com fome” e não “tenho fome”, “estou com sede” e não “tenho sede”.

SUGESTÕES

Angola embora ateste um número elevado de línguas nativas, quatro delas, a saber o Umbundu, o Kimbundu, o Kikongo e o Cokwe estão presentes em muitas das províncias do país, pelo que apresentamos as sugestões que se seguem que, pensamos, poderão contribuir para um desenvolvimento harmonioso e seguro da aprendizagem das línguas portuguesa e nativas no país:

1. Que o executivo angolano defina o estatuto das línguas endógenas, condição necessária para a sua credibilidade e defesa;

2. Uma vez que:

O Umbundu falado no Huambo, é igualmente falado nas províncias de Benguela, Bié, Lubango e Namibe;

O Kimbundu, falado em Luanda, está igualmente presente nas províncias de Malanje, Kwanza Norte e Kwanza Sul;

O Kikongo, falado no Uíge, é também falado nas províncias do Zaire, Cabinda;
e

O Cokwe falado nas duas Lundas e no Bié, essas línguas poderiam, deveriam ser ensinadas a nível nacional e as demais ensinadas a nível regional;

3. Que seja introduzida nos centros de formação de professores, a especialidade em línguas africanas, pois apenas existe nas línguas portuguesa, inglesa e francesa.

4. Que o executivo reveja a remuneração e enquadramento dos professores de línguas africanas, na medida em que muitos deles, após a sua formação, vão dar aulas de português.

5. Que se criem condições para que especialistas na área das línguas africanas, possam elaborar material credível para o ensino das mesmas em Angola.

BIBLIOGRAFIA

CARMO REIS, Maria do Céu, 1987 “*Représentation de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la génération des années 50 en Angola*”. *África Revista*, pp. 140-161. São Paulo, Centro de Estudos Africanos

CLINGTON, Mário de Souza, 1975. *Angola libre?*. Paris, Éditions Gallimard

FERREIRA, Thales Guaracy, 2015. *A conquista do Brasil 1500 – 1600*. Planeta Manuscrito, Lisboa, Portugal

FREUDENTHAL Aida, 2001, “Angola”, in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *O Império Africano, 1890-1930, vol. XI de Nova história da expansão portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Editorial Estampa, pp. 260-467.

HEUSCH Luc de, 1973, “Le sorcier, le Père Tempels et les jumeaux mal venus”, in *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 232-242.

MADUREIRA PINTO, José, 1991

Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, pp. 217-231.

MINGAS, Amélia Arlete / 2000

A interferência do kimbundu no português falado em Lwanda, Luanda, Chá de Caxinde, Porto, Campo de Letras.

_____, 2000

“Línguas, etnias e nação”. Moscovo, Universidade Estatal de Moscovo

_____, 2009

“Dinâmicas linguísticas em contexto comunitário”, *XIX Encontro da AULP* Luanda, Angola.

_____, 2013

Independência e Reconstrução Cultural em Angola: Constatações/Reflexões, Universidade de São Paulo, Brasil.

_____, 2015

“Língua portuguesa em Angola, um fantasma que se humanizou”, *Congresso Internacional de Lusitanistas*, Universidade de Aachen, Alemanha.

MONTEIRO, Manuel Rui / 2003

Da fala à escrita, *Jornadas do livro e da leitura*. Luanda, Ministério da Cultura.

MUEHLMANN Wilhelm, 1964, *Chiliasmus und nativismus. Studien zur psychologie, soziologie und historischen kasuistik der umsturtzbewegungen*. Berlin, Dietrich Reimer Verlag.

RANGLES W. G. L., 1968, *L'ancien royaume du Congo dès origines à la fin du XIX siècle*. Paris - La Haye, Mouton & Co.

_____ 1974, "La civilisation bantou, son essor et son déclin", in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* (Paris), 29.º Ano, n.º 2, Mars - Avril, pp. 277-281.

VENÂNCIO, José Carlos, 1996

A economia de Luanda e hinterland no século XVIII Um estudo de sociologia histórica, Lisboa: Editorial Estampa, Lda.,